

As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil

Mara Edilara Batista de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
e-mail: edilaramara@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como preocupação central as formas de apropriação do Estado das demandas da classe trabalhadora rural no âmbito da Educação do Campo no Brasil, e da consequente transformação dessas demandas em mais uma forma de subordinação do trabalhador rural ao capital. Acreditamos que essas formas de apropriação passam por uma estrutura organizativa do capital, por meio das ações do Estado, que se dá de forma escalar. Diante dessa problemática, o artigo caminha no sentido de contribuir com a construção de uma análise dessa estrutura escalar de poder armada “desde cima”, desvendando assim estratégias de controle e dominação dos “desde baixo”, os quais podem, assim, diante do conhecimento dessas estratégias, construir suas próprias estruturas escalares como forma de contrapoder e de insubordinação ao capital. No nosso estudo essa análise escalar é construída sob um olhar para a implantação do ProJovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, programa do Estado apresentado como parte das políticas em Educação do Campo no Brasil, enquanto uma estrutura escalar de poder “desde cima”; e para a estrutura organizativa do MST como uma estrutura escalar “desde baixo”, que resiste e se recria na luta pela educação do campo.

Palavras-chaves: Educação do campo; políticas públicas; escalas Geográficas.

The geographical scales of power as ways of subordination and insubordination in the fight for rural education in Brazil

Abstract

This article has as its main concern the ways of appropriation of the State on demands from the rural working class on the extent of the Rural Education in Brazil, and the sequential transformation of those demands in one more way of subordination of the rural worker to the capital. We believe that those ways of appropriation pass through an organizational structure of the capital, by the actions of the State, that occurs in a scalar process. Facing this problematic, this article thrives to contribute with the construction of an analysis for the scalar organized structure “top-down”, covering then, strategies of control and domination of the “bottom-up”, that could then, having the knowledge of those strategies, build their own scalar structures, as a way to counterweight and insubordinate to the capital. In our study, this scalar analysis is built from a look for an implementation of ProJovem Campo – Saberes da Terra in Paraíba, a program of the State presented as part of the policies in Rural Education in Brazil, while a scalar structure of power “top-down”; and for the organizational structure of MST, as a scalar structure “bottom-up” that resists and recreates itself in the struggle for the Rural Education.

Keywords: Rural education; public policies; geographical scales.

Las escalas geográficas de poder como formas de subordinación y insubordinación en la lucha por la educación del campo en Brasil

Resumen

Este artículo tiene como preocupación central las formas de apropiación del Estado de las demandas de la clase trabajadora rural en el ámbito de la educación del campo en Brasil, y la consecuente transformación de estas demandas en más una forma de subordinación del trabajador rural al capital. Creemos que esas formas de apropiación pasan por una estructura organizativa del capital, por medio de acciones del Estado, que se dan de forma escalar. Ante esta problemática, el artículo camina en el sentido de contribuir con la construcción de un análisis de esa estructura escalar de poder armada “desde arriba”, desvendando así estrategias de control y dominación de los “desde abajo”, los cuales pueden así, ante el conocimiento de estas estrategias, construir sus propias estructuras escalares como forma de contra-poder y insubordinación al capital. En nuestra investigación esa estructura escalar es construida desde una mirada para la implantación del ProJovem Campo - Saberes da Terra en Paraíba, programa del Estado presentado como parte de las políticas públicas en Educación del Campo en Brasil, como una estructura escalar de poder “desde arriba”; y para la estructura organizativa del MST como una estructura escalar “desde abajo”, que resiste y se recrea en la lucha por la educación del campo.

Palabras-claves: Educación del campo; políticas públicas; escalas geográficas.

Introdução

A criação de uma política pública de educação para o campo responde a um conjunto de demandas que têm como objetivo mais geral a ampliação da educação para áreas rurais. Entretanto, as ações e os programas sociais que põem em prática as políticas e que são impressos pelo perfil do Estado em uma determinada sociedade e em seu tempo histórico, podem cumprir esse objetivo de diversas formas: podem atender apenas à redução da taxa de analfabetismo rural; podem atender a uma formação apenas de mão-de-obra, mantendo a ordem vigente; podem servir para ampliar a alienação do trabalhador do seu resultado de trabalho; podem servir simplesmente à uma formação para a inserção do agricultor familiar no mercado; entre outras demandas que vêm sendo construídas “desde cima” como formas de controle e de dominação do sistema capitalista atual.

Na outra ponta da estrutura escalar de poder existem processos sociais em luta que demandam desse mesmo Estado, e que acreditam que as políticas públicas podem ser construídas no sentido de dar conta de uma educação para e do campo que tenha como objetivo a emancipação/autonomização do trabalhador rural; que sirva à recriação camponesa e à construção de ações de autonomia para essas comunidades. São demandas construídas “desde baixo”, a partir dos sujeitos subalternos, como os que formam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, condição que se constrói a partir de contrapoderes. Entre eles está a luta por educação em seus territórios e nos demais territórios rurais no país.

O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores/as Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional, denominado ProJovem Campo - Saberes da Terra, foi implementado e construído como projeto piloto em 2005, pela

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), e teve como objetivo, segundo o MEC (2009, p.01), “garantir o direito dos povos do campo a uma educação adequada a suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva, entre outras)”.

Enquanto projeto piloto, O ProJovem Campo, ainda com o nome de Saberes da Terra, foi avaliado pelo MEC e demais órgãos responsáveis, em 2007, como um projeto que poderia ser transformado em um programa social, pondo em prática o disposto na LDB Nacional e, assim, podendo ser implantado nas demais regiões e estados do país.

Em 2008, o Saberes da Terra foi incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, objetivando “promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão” (MEC, 2009, p. 06). Sendo assim, esse Programa se inicia efetivamente em 2008, tendo sido aprovado inicialmente para 12 estados; para a sua segunda edição, em 2009, foram aprovados projetos para 19 estados.

Muitas das organizações sociais, pesquisadores e os demais sujeitos que lutavam por Educação do Campo o viram, inicialmente, como resposta a essa demanda que ecoava no campo há quase uma década: a construção de um projeto político educacional que trouxesse as especificidades do campo e atendesse à necessidade histórica de uma educação construída por e a partir dos sujeitos do campo, respeitando seus saberes e suas formas de vida.

Na Paraíba, o ProJovem Campo foi visto também como uma possibilidade de apropriação “desde baixo” e, dessa forma, de atender toda essa diversidade de sujeitos no campo (OLIVEIRA, 2015). Diversidade essa que ia além dos Sem Terra ou de acampados e assentados de Reforma Agrária, que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera não tinha como objetivo atender, já que o mesmo era voltado especificamente para as áreas de reforma agrária.

Entretanto, vários foram os enfrentamentos que perpassaram esse processo de implantação, os quais nesse artigo estão sendo entendidos a partir da análise e desconstrução da estrutura escalar de poder armada para a implantação do ProJovem Campo – Saberes da Terra no estado da Paraíba, compreendida como forma de dominação dos “desde baixo”, que se recriam por meio de sua própria estrutura escalar.

A metodologia da análise escalar de poder: as escalas geográficas como ferramenta de dominação e de subordinação

*...la escala de la lucha y la lucha sobre la escala son
dos lados de la misma moneda...*

(Smith, 2002)

Com o processo de globalização que se amplia com grande vigor no século XX e suas consequências derramadas no século XXI, as investigações no âmbito das transformações da sociedade põem na ordem do dia uma perspectiva de análise que parte do “local” ao “global”. González (2005) coloca em questão esta posição dual entre local e global:

Nesta nova geografia do capitalismo se tem analisado, sobretudo, as relações entre o global e o local. Toda uma série de estudos analisam como os fenômenos mais globais adquirem significados diversos quando são apropriados por comunidades locais. (p.93 - Tradução nossa)

Cair na simplificação de que a globalização se reduz a uma relação dicotômica entre o local e o global restringe mais que abre possibilidade de estudo da globalização. (p. 94 - Tradução nossa)

González (2005) acrescenta ao debate sobre a crítica a posição dual de estudos analíticos relacionados à globalização, os problemas ocasionados não só com esse ponto de partida nas investigações atuais, mas alerta também para a espacialidade dos conflitos, que, para a autora, estão relacionados diretamente à globalização da atualidade:

O que não se pode perder de vista, no entanto, é que este novo capitalismo não é a-espacial, mas tudo ao contrário. O capital, por mais móvel, fluido ou volátil que seja não pode viver reproduzindo-se em abstrato, ele necessita, como diz Harvey, de seus “enclaves espaciais” [...]. Como também nos recorda Massey (1995), ainda que o capital seja cada vez mais móvel, não devemos esquecer que a força de trabalho, isto é, os agentes que fazem possível a reprodução do capital, não são equiparavelmente móveis. Temos que lembrar as inflexíveis e rígidas regulações sobre a imigração internacional. Assim, resulta mais frutífero analisar a globalização não somente como um processo que aniquila barreiras geográficas, mas como um fenômeno que fixa e produz outras novas barreiras e limites (SWYNGEDOUW, 2004), criando novas fronteiras de governabilidade (APPADURAI, 2001 apud GONZÁLEZ, 2005, p. 93 - Tradução nossa).

Nessa produção contraditória do espaço, onde o capital aniquila barreiras geográficas, porém se reconstrói por meio de novas barreiras, e da ampliação de enclaves espaciais, a autora nos convida a nos distanciar dos discursos de confrontação simplista entre o local e o global. No repensar destas categorias como pontos de partida e de chegada, González (2005) nos chama a atenção para um panorama mais complexo e livre, no qual mais do que escalas fixas e dadas como “local” e “global”, se desvelam escalas socialmente construídas no conflito, na luta, na resistência, na dominação, na subordinação. (GONZÁLEZ, 2005)

Mas, antes de mais nada, de que escalas estamos falando? Quando falamos de escala geralmente lembramo-nos de escalas cartográficas, aquelas numéricas e representativas das distâncias em mapas. Aqui estamos falando de escalas geográficas, muitas vezes compreendidas de forma limitada como algo dado ou pré-estabelecido. Ou

seja, geralmente não se questiona quem construiu a escala geográfica do Estado-Nação ou com que propósito; também não se pergunta como foi construída a escala estadual ou quem delimitou essas escalas e com que interesses; nem mesmo quais foram os critérios, assim como também pouco se percebe da construção de escalas de menor representação política em geral na sociedade.

Os estudos referentes às escalas geográficas surgem da necessidade do aprofundamento das análises de diferenciação espacial, subalternizadas por análises de cunho marxista ortodoxo que priorizavam o tempo sobre o espaço. Segundo Smith (2000), a construção da escala geográfica:

(...) é um meio primário mediante o qual “ocorre” a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferenciação espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa (p. 139).

Sabendo que as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder, a escala é tanto um objeto como um meio para as lutas político-econômicas. O debate de escalas é fortemente ampliado nos anos 1980, quando investigadores põem em discussão os problemas decorrentes da crítica marxista radical da década de 1970, com a negação à importância da organização espacial das coisas, da distância, da particularidade (GONZÁLEZ, 2005).

Em reação a estas análises a-espaciais, nos anos 80 surgiu entre os pesquisadores um interesse pelo “espaço” e a localidade de forma que “o único” estava de volta na agenda (MASSEY, 1985, p. 19 apud GONZÁLEZ, 2005, p. 94).

Mas foi Neil Smith que nos trouxe as contribuições mais importantes sobre o conceito de escalas geográficas, as quais, para este autor, partiam de um primeiro entendimento de que as raízes do desenvolvimento desigual se encontram nos próprios padrões de acumulação do capital.

O capital se debate sempre entre uma tendência à universalização e sua necessidade de fixar-se em lugares concretos que, inevitavelmente, o convertem em algo particular. Esta tendência contraditória se materializa, com o tempo, em uma forma territorialmente particular, agrupando-se em torno a uma hierarquia de escalas espaciais (SMITH, 1984, p. 135 apud GONZÁLEZ, 2005, p.95 - Tradução nossa).

Desta forma, as escalas se recriam por meio de processos capitalistas e se organizam em torno de uma hierarquia sistemática que mantém e facilita diferentes processos envolvidos na acumulação e circulação do capital. Em seu texto “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escalas geográficas”, Smith (2000) realiza uma discussão sistemática exploratória sobre escalas específicas, deixando claro que não era sua intenção criar um sistema ontológico de escalas, nem “congelar” um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada. Contudo, levantou um conjunto de escalas sem separações rígidas entre elas, compreendendo que as escalas são hierarquicamente construídas como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo. Estas escalas apontadas por Neil Smith são: corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo. (SMITH, 2000)

Para autoras como Sara González (2005), as escalas como urbano, regional, nacional e local são as principais escalas ao redor das quais o capitalismo encontra uma certa coerência, ou certo consenso entre os atores principais para levar a cabo seu projeto. A análise do processo de formação das escalas - seja urbana, regional, nacional ou local - nos oferece, portanto, uma janela crucial para a compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo e a sua frágil tendência ao equilíbrio. (GONZÁLEZ, 2005)

A ampliação do debate do que são as escalas nos permite sair da ideia dessas escalas preexistentes e passar ao entendimento das escalas geográficas como históricas e socialmente produzidas, e também como criações discursivas que re-constroem as realidades às quais são nomeadas sendo, portanto, formadas por relações de poder. Sobre isso Smith (2002) nos aclara:

As diferentes sociedades não só produzem o espaço, como Lefebvre nos tem ensinado, elas também produzem a escala. A produção da escala pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é em toda sua extensão um processo social. Não há nada ontologicamente dado sobre a divisão tradicional entre lugar e localidade, escala urbana e regional, nacional e global. A diferenciação das escalas geográficas estabelece e se reestabelece através da estrutura geográfica de interações sociais (p. 141 - Tradução nossa).

Com esse enfoque nas relações de poder e na diferença espacial, e sempre em uma perspectiva dinâmica, a análise escalar se perfila como “peça-chave” nos estudos referentes à estrutura desigual do capitalismo e sua natureza conflitiva de dominação. Em autores como Smith (2000, 2002), Marston (2000), Brenner (2001) e Harvey (2004), podemos encontrar referências explícitas e implícitas, tanto da importância que as transformações na economia política capitalista têm na produção das escalas, como da necessidade de entender melhor a produção da escala, a fim de compreender a dinâmica capitalista (e lutar contra sua hegemonia). (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006)

Na mesma linha, Brenner (2001) enfatiza a importância de precisar o vocabulário e as propostas teóricas desenvolvidas sobre a escala geográfica nos anos 1990, como forma de decifrar o dramático e altamente instável processo re-escalar – do capital, do território, do Estado e das relações sociais de poder em geral – que ocorre ao longo do sistema-mundo.

Segundo Smith (2000) é possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competência e cooperação.

A produção e a reprodução contínua da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre distintos lugares, localizações e lugares de experiência. A construção do lugar implica a produção de escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério da diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares (SMITH, 2000, p. 142).

Para exemplificar essa ideia ele utiliza o caso da escala do Estado-Nação, resultado, para ele, do compromisso territorial entre necessidades diferenciadas da classe capitalista. Nesta escala, a classe capitalista também coopera internamente a fim de criar condições necessárias para a acumulação de capital e a reprodução social.

Na outra ponta da hierarquia escalar de poder, Smith (2000) nos apresenta como a escala da comunidade é construída por meio do exemplo da mobilidade espacial dos sem-teto na Cidade de Nova York, diante dos problemas gerados com a grande quantidade de moradores de rua na década de 1980 nesta cidade. Destaca ainda o acesso político e cultural ao espaço da comunidade bem como sua produção, entendendo, dessa forma, que as escalas também são construídas no sentido contrário por sujeitos “de baixo” e segundo seus próprios interesses.

O autor entende que ao estabelecer fronteiras, a escala pode ser construída como um meio de restrição e exclusão, como um meio de impor identidades. No entanto, uma política das escalas pode se tornar uma arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades. Sendo assim, segundo este autor, “as escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe”. (SMITH, 2000, p. 157)

Na análise dos sem-teto em uma escala do espaço urbano, Smith (2000) analisa que esses sujeitos “de baixo”, inconscientes ou não, buscam de forma desabrada expandir a escala do controle autocentrado e, ao mesmo tempo, contrair a escala do controle oficial. Segundo o autor “eles prometem não somente a produção de um espaço em abstrato, mas a produção e reprodução concretas da escala geográfica como estratégia política de resistência” (p. 137).

Smith (2000) põe em debate, portanto, esta outra forma de produzir escalas, enfatizando uma reprodução escalar “desde baixo” e a capacidade de saltar escalas para a própria reprodução social desses sujeitos. Entende-se que as construções escalares não são apenas uma solidificação ou materialização espacial das forças e processos sociais específicos.

De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o lugar da disputa social, tanto como o objeto quanto a resolução desta disputa. Vista dessa forma a produção de escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. (SMITH, 2000, p. 144)

Desta forma, estamos nos apropriando da linguagem da escala no intento de compreender a política espacial construída como fruto da disputa social entre os “de baixo” e os “de cima”, a qual marca a questão agrária brasileira. Para a nossa pesquisa, essas relações se dão em um contexto determinado, que é a implantação do ProJovem Campo na Paraíba. Entendemos, portanto, que é por meio dessa estrutura escalar da implantação e funcionamento desse Programa e das resistências “desde baixo” a elas que teremos uma análise mais tangível das relações de poder que perpassam as escalas, “desmascarando-as” obtendo assim uma expressão mais tangível dos processos de dominação e resistência nos limites da questão agrária hoje.

Todo este repensar da construção de estruturas escalares na atualidade e mais precisamente na nossa pesquisa, a qual tem como centro os conflitos da questão agrária atual, nos leva à necessidade da construção de uma metodologia escalar que desvende as formas de dominação do capital por meio das estruturas escalares construídas na implantação de ações, programas e políticas do Estado, as quais se mantêm sob o controle do modelo de desenvolvimento do capital.

Desta forma, estamos indo além do levantamento e análise das consequências do capital no campo, partindo da análise de subjetividades. Ou seja, estamos pensando a partir de processos de subjetivação da classe trabalhadora rural, assumindo que a formação subjetiva – o fazer-se sujeito – é um processo estruturado que combina diversas dimensões concretamente articuladas de subordinação e insubordinação, que passam diretamente por ações de construção de estruturas escalares, autonomização e uso do discurso, como determinações centrais na análise da questão agrária brasileira.

Os principais estudos se Smith (2000) abordando a escala por meio da experiência de luta e resistência dos movimentos sociais frente às dominações do capital já nos alertavam para a importância de uma leitura escalar que analise o poder no âmbito do capitalismo. Em um olhar mais metodológico sobre as escalas, Smith (2002) acrescenta que

“a escala material não só é trabalhada e retrabalhada como paisagem, assim como também é a escala de resolução ou abstração que nós empregamos para atender as relações sociais, qualquer que seja sua impressão geográfica” (p. 142)

Uma análise escalar enquanto metodologia foi também construída por Montenegro Gómez (2006). Por meio de uma profunda revisão teórica dos clássicos do debate sobre escalas geográficas, o autor desenvolveu essa metodologia como uma ferramenta utilizada para abordar a relação entre desenvolvimento e controle social em diferentes âmbitos espaciais. No entanto, de forma mais geral, o autor entende essa metodologia como a análise da organização espacial dos sujeitos em escalas, entendendo essas escalas não como algo dado externamente, e sim como fruto da própria interação social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Ou seja, o autor reconhece na metodologia escalar uma ferramenta importante da organização espacial dos sujeitos “desde cima” ou “desde baixo”, apesar de que em suas análises se dedica a desvendar a estrutura escalar desenhada por aqueles que detêm os processos de dominação.

O nosso intento aqui é a construção de uma metodologia de análise escalar que aborde o poder e que, portanto, nos “dê pernas” para entender as relações de poder dos sujeitos sociais em disputa nesse espaço, tanto “de cima” como “de baixo”, na organização do espaço agrário brasileiro hoje. Para tal, parte-se da análise da implantação do ProJovem Campo, entendido aqui como programa do Estado construído “desde cima” e das ações dos movimentos sociais de luta por Educação do Campo “desde baixo”. Nosso objetivo é mostrar as formas de dominação e resistência desses sujeitos por meio de suas estruturas organizativas, que são também estruturas escalares no movimento da questão agrária atual.

Outra compreensão, que vai complementar a metodologia de análise escalar na nossa pesquisa, é a de re-escalamento, a qual é entendida, segundo González (2005), como parte de um processo de “revitalização das escalas”. Em suas análises, o re-escalamento do capitalismo aparece como um processo de luta por fixação das escalas, que implica necessariamente a luta entre diferentes grupos de poder por impor suas visões sobre como organizar a infraestrutura geográfica do capitalismo. Os estudos voltados para uma análise que capte esse re-escalamento caminham por dentro dos estudos no âmbito das “políticas de escalas”, onde sua perspectiva processual dirige sua atenção para os processos que tomam as escalas em seu aspecto mais dinâmico e não tanto para aqueles que se circunscrevem a uma única escala. (GONZÁLEZ, 2005).

Nesse sentido, e em uma análise mais metodológica sobre os processos de re-escalamento, Montenegro Gómez (2006) complementa:

Existe, portanto, um duplo movimento de reformulação escalar: a redefinição dos elementos que constituem cada escala e a revisão da função que cada escala passa a exercer, na arquitetura escalar da qual faz

parte. A manutenção da capacidade de domínio exercido pelo Estado ou pela aparelhagem do desenvolvimento depende dessa criação e recriação, definição e redefinição, escalares. Essa intervenção qualificada, em diferentes âmbitos espaciais, resultante da possibilidade de dominar a produção escalar, oferece a quem detém o poder um instrumento poderoso de controle social e territorial. O domínio sobre a narrativa escalar hegemônica e a possibilidade de reconduzir o re-escalamento numa determinada direção são instrumentos de poder, que as instituições empregam profusamente (p. 236-237).

É no sentido de contemplar esse duplo movimento que estamos nos utilizando da análise do re-escalamento, principalmente para desconstruir as formas de dominação “desde cima” que se redefinem ao ter o seu controle ameaçado por ações de resistências e construção de autonomia “desde baixo”.

Com isso, busca-se não só desvendar como o Estado redefine as escalas e seu aparato institucional para a implantação do ProJovem, mas também como o Estado cria novas estratégias de ações frente às resistências a esse Programa e seu eminente fracasso no estado da Paraíba (OLIVEIRA, 2015), reconduzindo o re-escalamento da sua estrutura de dominação para a construção de outros programas, onde cada escala em sua estrutura passa a exercer novas funções e a elas são agregados novos elementos.

No caso deste artigo, a metodologia de análise escalar é a ferramenta utilizada em um primeiro momento para abordar a relação entre o modelo de desenvolvimento do capital, que dita padrões de educação para o campo no Brasil, via aparato institucional escalarmente construído “desde cima”. E, em um segundo momento, essa metodologia escalar nos apontará na abordagem das resistências e da construção de ações dos sujeitos “desde baixo” em processos de subjetivação política. Essas ações são aqui entendidas como ações de contra-poder, de contra-hegemonia e de autonomia, que vão marcar a questão agrária e seus conflitos hoje no campo.

Nesse caso, estamos entendendo que o capital constrói escalas de poder armadas de um aparato institucional do uso do discurso e de práticas que servem para dar suporte operacional às relações de poder - dominação “desde cima” em cada escala. Aqui a estrutura escalar é vista como uma das principais estratégias de reprodução e recriação do capital e as ações do Estado, como programas e políticas públicas, são entendidas como ações de dominação dadas como contrapartida na sua mediação entre as demandas “de cima” e as demandas “de baixo”.

Para autores como Smith (2000; 2002), Sallie A. Martson (2000), Richard Howitt (2000) ou Andrew Herod (1997), no âmbito da construção escalar “desde baixo”, a escala tem sido abordada com ênfase na experiência da luta e resistência dos movimentos sociais frente às múltiplas formas de dominação da sociedade capitalista. Constrói-se assim um andaime de escalas, onde os movimentos sociais ganham ou perdem a possibilidade de

saltar de uma escala à outra, até chegar no nível decisório que tem a capacidade de dar respostas às suas demandas (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Nesse caso a produção da escala é considerada como um âmbito privilegiado da luta política e foca suas análises nas possibilidades que os grupos que confrontam o poder estabelecido tem de se organizar e lutar, em escalas cada vez mais amplas, isto é re-escalar suas lutas em âmbitos mais apropriados (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 234).

Desta forma, estamos pensando no “outro lado da mesma moeda”, na luta sobre a escala,- como nos trouxe Smith (2000) na epígrafe desse subitem. Para isso, iremos analisar as formas organizativas dos movimentos sociais no campo, mais especificamente a luta por Educação do Campo, a partir de uma perspectiva escalar de contrapoder, que não é preexistente, tampouco é fixa: trata-se de uma estrutura escalar que se constrói na luta, no conflito e na disputa em ocupar espaços de poder nos limites da questão agrária atual, onde as formas de reapropriação das ações do Estado marcam esses espaços.

A seguir, começaremos com a análise das escalas construídas “desde cima” e, para isso, retornaremos ao nosso recorte de objeto de análise, que é o ProJovem Campo e a sua implantação no estado da Paraíba. A proposta é retomar a sua estrutura escalar mais ampla, tentando não colocá-la de forma rígida e entendendo que esse é um processo de re-escalamiento, no qual o capital recria suas próprias escalas visando ampliar suas formas de subordinação por meio do tripé “Desenvolvimento desigual – Poder – Capital”.

A construção escalar de poder “desde cima”: o caso do ProJovem Campo na Paraíba

“El capitalismo desorganizado es al mismo tiempo un capitalismo reorganizado”.
(Smith, 2002)

Entendemos que a análise escalar, aproveitando sua potencialidade na análise do poder, é também o instrumento adequado para conhecer a arquitetura escalar desenhada por aquele que detém a capacidade de dominação - o que na sociedade capitalista pode ser expressado por ações do próprio Estado. Nesse entendimento, autores como Brenner (2001) compreendem que por meio do estudo da produção de escalas, compostas por um aparelho institucional internacional que dita normas no âmbito do modelo de desenvolvimento do capital, não só ratifica-se a inter-relação entre desenvolvimento e controle social, mas também se definem avanços nos desdobramentos espaciais dessa inter-relação.

Desta forma, essas instituições lançam mão de múltiplos mecanismos escalares para realizar seus propósitos em âmbitos territoriais diferentes. Um deles é a criação e

recriação de escalas que formem uma arquitetura escalar adequada a seus fins, o que se complementa com a criação de discursos e narrativas escalares¹, que formulam e reformulam a função de cada escala. Desta forma o capital reconstrói suas formas de dominação em um processo re-escalar.

Estamos partindo da compreensão de que nessa reconstrução da função das escalas, as quais são sempre formadas por relações de poder - do Estado, por exemplo, ao implementar um programa de política pública como o ProJovem Campo - recria-se a função de cada escala, criam-se novas escalas e se reestruturam re-escalarmente, tendo como objetivo primeiro servir como aparato ao capital e suas formas de subordinação - o que neste caso está atrelado diretamente ao modelo formativo desse programa e à importância que a educação possui frente às formas de dominação.

Esta estrutura escalar do Estado, quando totalmente dominada “desde cima”, não tem como prioridade mediar a pressão da classe trabalhadora e, muito menos, no caso de total dominação, de atender a real demanda desta classe, por sua forma ser a de um Estado capitalista. Como afirma Smith (2002), “a escala proporciona a tecnologia através da qual o espaço contém a luta, ao menos até que os limites existentes da escala sejam desafiados e quebrados, para serem re-estabelecidos e re-desafiados a um nível mais alto” (p. 143 - Tradução nossa). Ou seja, mesmo em fortes momentos de luta e resistências às formas de dominação, a estrutura escalar de poder “desde cima”, ao ser desafiada, é re-estabelecida em um nível mais alto de controle.

Mas o que queremos enfatizar nesse momento é que para a implantação de um programa como o ProJovem Campo o capital se utiliza de escalas geográficas preexistentes: nacional, estadual, municipal e da comunidade, assim como cria novas escalas de poder, como a escala do “polo”. Além disso, se apropria de discursos, como o da Educação do Campo, para implantar suas amarras, e se utilizando também de narrativas escalares como a de “áreas de agricultura familiar”, onde antes eram “áreas de Reforma Agrária”. O capital também é capaz de reformular as funções de cada escala, como por exemplo: no Pronera, Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, programa que se tornou política pública por meio do Decreto 7.352 de 2010, a sua estrutura organizativa de implantação, ao passar pela escala estadual, tem como representatividade as Instituições de Ensino Superior; já no ProJovem, apesar das IES estarem presentes na estrutura organizativa da escala estadual, a maior representatividade de coordenação do programa nesta escala é a Secretaria de Educação Estadual, visto que é ela que recebe os recursos e que contrata os coordenadores de polos e professores. A IES, neste caso, aparece apenas

¹ Segundo Sara González (2005), as escalas são âmbitos de poder e podem chegar a ser espaços de compromisso onde um grupo desenvolve seu projeto político. As narrativas escalares são as histórias que justificam, emolduram e dão coerência à emergência de uma escala como um âmbito de mobilização política.

na formalização do projeto político pedagógico, apesar de ainda ser ou não aprovado pelo MEC (em escala nacional) e pelas Secretarias de Educação (em escala estadual). Desta forma, ele amplia o controle dos projetos em cada escala.

Nessa mesma linha, Neil Brenner (2001) aborda a construção escalar de “cima para baixo”, mostrando como as escalas também se constroem a partir das imposições de quem detém o poder. Sobre a abordagem de Brenner em relação à construção escalar “desde cima”, Montenegro Gómez (2006) nos aclara que, para este autor:

O Estado neoliberal, utilizaria uma narrativa escalar que tentaria “apagar” as escalas construídas durante a regulação keynesiana. Essas escalas atravessadas pela importância do papel do Estado, pela presença do Estado em todas elas, são re-configuradas (re-escaladas) pelo neoliberalismo. O Estado mínimo (para o social, não para o apoio ao setor privado) neoliberal reformula as escalas, para sintonizá-las com a desregulação dos mercados e a mercantilização de todos os aspectos da vida e, ao mesmo tempo, prioriza novas escalas, já não mais a nacional ou a regional, mas sim a local, que sirvam de arena privilegiada de acordo com as novas regras do jogo. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 236)

Sendo assim, o duplo movimento de reformulação escalar consiste, de um lado, numa redefinição dos elementos que constituem cada escala e, de outro, na revisão da função que cada escala passa a exercer na arquitetura escalar da qual forma parte. Neste sentido, visitar estas escalas e suas funções é também analisar as relações de poder que atravessam cada uma delas.

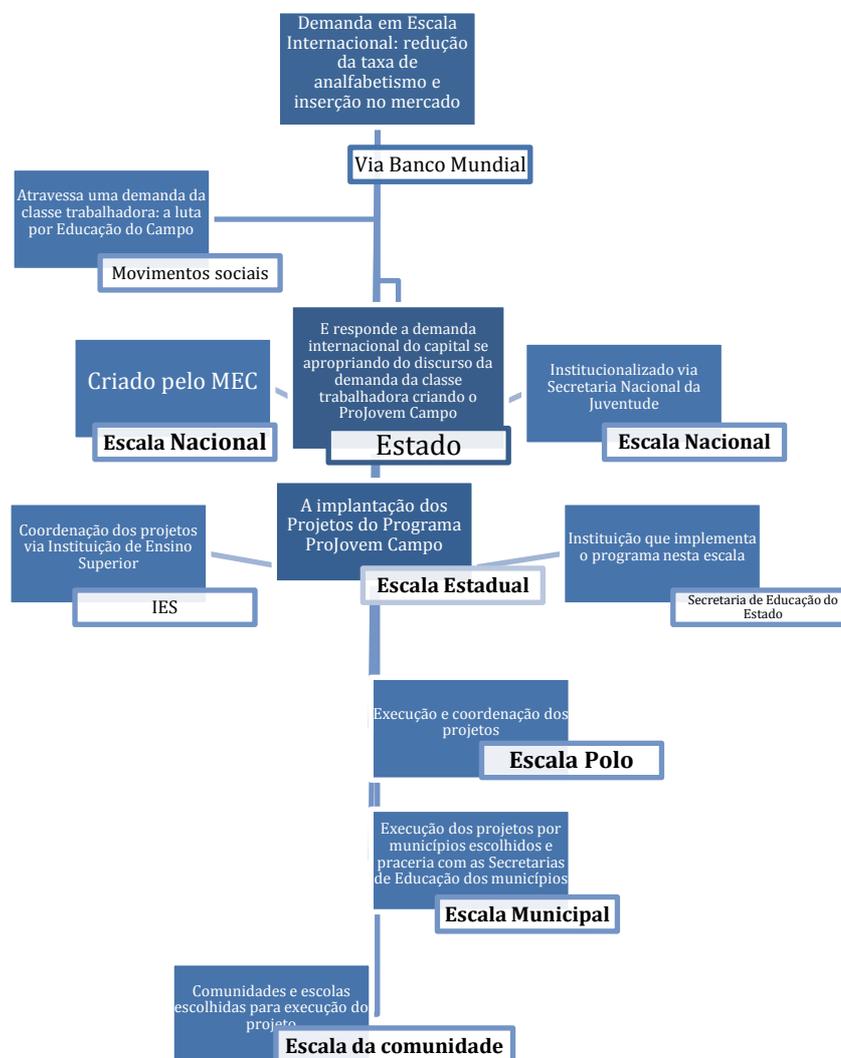
Em uma metodologia de análise escalar, que parte de um tripé entre Desenvolvimento desigual – Poder – Capital, estamos nos propondo a entender a relação desses elementos na implantação de um programa do Estado, como o ProJovem Campo. Essa proposta educativa é “criada por” e “serve a” uma determinada lógica de desenvolvimento, a do Capital, e nela as relações de poder vêm “desde cima” e servem como formas de dominação. Dessa forma, o capital é entendido aqui como uma estrutura viva que ganha sua forma por meio do modo capitalista de produção, se personifica na classe capitalista burguesa e se recria no papel do Estado, aparato principal de regulação de suas ações em uma sociedade de classes.

Assim, entendemos que é fundamental desvelar, em cada escala da implantação de Programas como o ProJovem Campo, as formas e as funções de cada escala e como elas se relacionam entre si para, com isso, desvestir as relações de poder “desde cima” que influenciam diretamente na implementação de programas e de políticas públicas - nesse caso nas de educação para o campo.

Sendo assim, para iniciar com uma análise escalar das relações de poder que envolvem a implantação de um programa do Estado, apresentamos abaixo um esquema no

intento de representar a estrutura escalar de poder armada “desde cima” para a implantação do ProJovem Campo na Paraíba:

Figura 01: Estrutura Escalar de poder “desde cima” na implantação do ProJovem Campo (2010-2011)



Fonte: Dados fornecidos pelo site <http://portal.mec.gov.br>. Organização própria (2015)

É importante acrescentar à análise do organograma que, na estrutura de implementação desse Programa, as escalas não apresentam uma ordem rígida ao passar de uma à outra; o organograma de hierarquização é apenas ilustrativo na visualização das escalas. Desta maneira, estas escalas não estão postas hierarquicamente, esta hierarquia é recriada por meio das relações de poder em cada ação “desde cima”. Sendo assim, a implantação do ProJovem Campo nasce como resposta a uma demanda de escala internacional, sai da escala nacional - onde é criado - ,mas ao mesmo tempo suas ações e demandas chegam à escala estadual, à escala municipal, à escala da comunidade. Por fim

e ao mesmo tempo, é criada a escala do polo para intermediar a escala do Estado com a comunidade, a qual incorpora nesse caso a própria escola, como um dos principais espaços dessa escala na troca de relações de poder.

Desta forma, o início da sequência da estrutura escalar não é apenas um desejo do Banco Mundial, mas de uma determinada demanda que surge em uma escala e que encontra eco em outras escalas, formas de se reforçar como estratégia de dominação. Neste sentido, conclui-se que não há uma linearidade na relação escalar, nem mesmo uma ordem ontológica, mas sim uma conformação escalar que flui em diferentes direções em função dos sujeitos, dos lugares e dos interesses.

E nesse transcurso escalar, no re-escalamento das relações de poder “desde cima”, o Programa, durante sua implantação, não passa apenas por essas escalas, visto que ele se reveste dessas relações de poder e controle que são do capital, incorporadas no seu processo formativo, no material didático ou nas escolhas das equipes de trabalho, por exemplo, formando um conjunto de elementos que compõem essas escalas e agregando ao ProJovem Campo mais formas de subordinação.

Outro ponto importante na análise do organograma acima é que as escalas e o aparato institucional que as compõe é reformulado na implantação do ProJovem Campo para um maior controle de poder “desde cima”. Vejamos esses processos em cada escala, ou seja, no re-escalamento do poder “desde cima” no processo de implantação do ProJovem Campo.

Na escala nacional alteram-se as instituições de controle do Estado para a implantação do ProJovem Campo. Se durante funcionamento do “Saberes da Terra” de 2005, programa piloto para o ProJovem Campo, este tinha como representante institucional a SECAD/MEC, ao passar a ser ProJovem Campo ele passa a ser regulamentado também pela Secretaria Nacional da Juventude. Entende-se que ao ampliar o aparato institucional se ampliam também as formas de controle, mas isso também implica diretamente na distribuição de recursos segundo os interesses dessa Secretaria.

Ao sair da escala nacional tendo como aparato institucional de poder a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, a implantação do ProJovem Campo, desde o seu início, é permeada por uma relação conflitiva de poder. Isso implicou na redistribuição do orçamento das Secretarias, mas também em uma implementação defeituosa devido às relações de poder nesse aparelho institucional, a SNJ, a qual não possui uma função direta na implementação de uma educação diferenciada para o campo, com interesses mais voltados para a Juventude em geral. Isso gera uma série de problemas, por exemplo, na delimitação da idade exigida para o ingresso no programa, visto que a SNJ possui sua própria delimitação de idade em seu entendimento do conceito de juventude, o que delimita a idade aceita aos alunos ingressos no Programa e exclui os adultos da política, sujeitos de direito

da Educação do Campo. Esta discussão é central no debate dos problemas enfrentados por este programa, tornando-se uma demanda central segundo o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC:

Devemos recuperar o Programa Saberes da Terra conforme seu projeto original e sem limite de idade, enquanto proposta de escolarização para Jovens e Adultos do Campo, para o nível do Ensino Fundamental e com expansão a ser feita ao Ensino Médio (FONEC, 2013)

Nesse processo da reconfiguração escalar do poder/controle/dominação “desde cima”, ao sair da escala nacional, a implementação do Programa passa a uma escala estadual, que conta com duas instituições como coordenadoras do Programa: a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Secretaria Estadual de Educação, sendo a IES a responsável pela formação dos professores e coordenação dos Polos do Programa e a Secretaria de Educação pelo manejo dos recursos. Esta última questão foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo programa: o repasse do dinheiro pela Secretaria de Educação do Estado, já que o recurso ficava travado na burocracia desta instituição. No Pronera, por exemplo, a coordenação na escala estadual é realizada apenas pela universidade e os recursos vão diretamente para a instituição de ensino superior, a qual toma a decisão de como utilizá-los no programa junto com as outras partes envolvidas (movimentos sociais, organizações e outras).

Isto ocorre porque a manutenção da capacidade do domínio exercido pelo Estado ou pelo aparato institucional do desenvolvimento “desde cima” depende dessa criação e recriação, definição e redefinição escalares. Essa intervenção qualificada em diferentes âmbitos espaciais resulta na possibilidade de dominar a produção escalar, que oferece a quem detém o poder um instrumento poderoso de controle social e territorial. O domínio sobre a narrativa escalar hegemônica e a possibilidade de reconduzir o re-escalamento em uma determinada direção são instrumentos de poder que as instituições utilizam profusamente (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Nesse processo, o poder “desde cima” também cria novas escalas, como é o caso da escala polo, a qual foi criada para um maior controle na saída da escala estadual para a escala da comunidade na implantação do Programa. Entretanto, segundo o projeto de implementação deste programa, esta escala polo serve para agregar os municípios por proximidades e assim facilitar a coordenação dos cursos por meio das coordenadoras de polos. No entanto, esta escala construída “desde cima” possui uma série de problemas, sendo os mais comentados entre os entrevistados desta pesquisa as distâncias entre os municípios em um mesmo polo e a consequente dificuldade de articulação por parte dos coordenadores de polo.

Já na escala municipal, apesar das instituições que conformam essa escala estarem ali apenas como colaboradoras/parceiras, ou seja, sem receber nenhum recurso direto do Programa, elas influenciavam diretamente na implantação. Por exemplo, a Secretaria de Educação Municipal elegia em qual escola ia ser implementado o curso e, portanto, em que comunidade, o que modificava todo o panorama.

Ao chegar à escala da comunidade, ou seja, aos sujeitos a serem atendidos, que muitas vezes foram aqueles mesmos sujeitos que lutaram pela demanda da Educação do Campo, este sujeito pode não mais se reconhecer como parte deste Programa, o qual se apresenta agora para eles mesmos cheio de contradições em relação à proposta educativa inicial pela qual lutavam: os saberes tradicionais são apropriados na lógica de uma agricultura familiar para o mercado; seleciona os alunos por exclusão por grupos de idades, atendendo apenas jovens com até 29 anos; e possui livros e materiais que distanciam a proposta educativa da realidade (OLIVEIRA, 2015).

Tampouco o Programa cumpre todos os objetivos da demanda internacional, ou seja, de uma lógica de expansão/acumulação do capital, como a redução das taxas de analfabetismo nessas áreas e o conseqüente aumento do IDH do país, dados que demarcam metas que os países denominados “em desenvolvimento” devem chegar para seguir o modelo de desenvolvimento do capital.

Na escala da comunidade as relações de poder estavam em torno da execução do Programa na comunidade e na escola onde ocorriam as classes. Nesta escala estavam incluídas as relações do indivíduo, ou seja, do sujeito que durante muitos anos havia lutado por uma educação diferenciada para suas escolas no campo. Muitas dessas comunidades também eram assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST e todas essas relações se envolveram em como o Programa ia ser recebido nas comunidades.

Por exemplo, havia um assentamento onde iriam funcionar turmas do ProJovem Campo, onde os coordenadores desse assentamento, assim como os diretores da escola, eram militantes do MST e faziam parte da coordenação desse Movimento,. Muitas vezes a mediação do coordenador de polo do Programa era conversar com esses militantes para que se aceitasse o curso em suas comunidades. Esses líderes diziam:

(...) nós não concordamos com o curso do ProJovem aqui, esses cursos são defeituosos, não coincidem com nossa luta, o que querem é substituir o Pronera. Mas o curso vai acontecer aqui porque os assentados querem, porque a necessidade de educação é muito grande, mas não é o que queremos (líder do MST, diretor da escola do assentamento Zumbi dos Palmares, Mari-PB).

Essas relações influenciavam diretamente no processo de implantação do Programa nessas comunidades, diferente do que previa a coordenação do Programa em nível nacional sobre a participação dos movimentos sociais na sua implantação, o qual

incentiva, ao se propor ser um programa social, a participação dos grupos dos sujeitos que demandam a educação para essas áreas. O MST na Paraíba, por exemplo, se colocou fora desde o início da implantação desse programa, por entender que não existia nele espaço para construir suas práticas educativas diante desse modelo imposto “desde cima”.

Na escola, instituição também parte da escala da comunidade, se dava outro conjunto de relações de poder. Tinham diretores que não cediam todos os espaços da escola a esses alunos, não os reconheciam como parte da “sua” escola. O lanche e os materiais escolares, por exemplo, “não podiam” ser distribuídos entre esse grupo de alunos. Outro problema frequente na escola era abrir somente no período da noite, horário no qual não havia funcionamento e nem aulas na escola antes da turma do ProJovem, alterando assim sua dinâmica.

Quer dizer, todas estas outras relações que se estabeleciam nas escalas de poder apropriadas pelo capital no sistema capitalista eram relações de uma lógica territorial que não estabelecia relações diretas com o capital, com sua acumulação/reprodução, mas relações que também deram “cara” ao Programa, deram forma à sua implantação e fizeram com que, ao final, o ProJovem não cumprisse com todos os objetivos diretos do capital, tais como: a formação de trabalhadores e sua inclusão no mercado e a redução das taxas de analfabetismo no campo.

O que é certo é que seja em uma lógica do capital, ou sob influências diretas de um controle territorial (HARVEY, 2004), o processo de subjetivação política interno às relações em experiência de dominação e às dinâmicas de conscientização que lhes correspondem expressam, segundo Modonesi (2010), “oscilações e combinações entre a aceitação relativa da dominação – como resultado da hegemonia – e sua negação igualmente relativa por meio da resistência, assim como entre a experiência combinada de espontaneidade e consciência” (p. 38 - Tradução nossa).

Sendo assim, estas ações também sofrem relações de insubordinação e resistência “desde baixo”, e os sujeitos desconstróem as imposições do capital, a contra-hegemonia que se constrói no interior da própria hegemonia. Esta estrutura escalar construída na disputa por espaços de poder é produzida e reproduzida nas paisagens do capitalismo e das abstrações conceituais através das quais compreendemos os acontecimentos e processos sociospaciais (SMITH, 2002).

Desta forma, é com a clareza que vem “desde baixo” e com a qual os sujeitos recriam suas próprias escalas como processos de subjetivação política, que reconstruiremos essa luta também a partir das resistências.

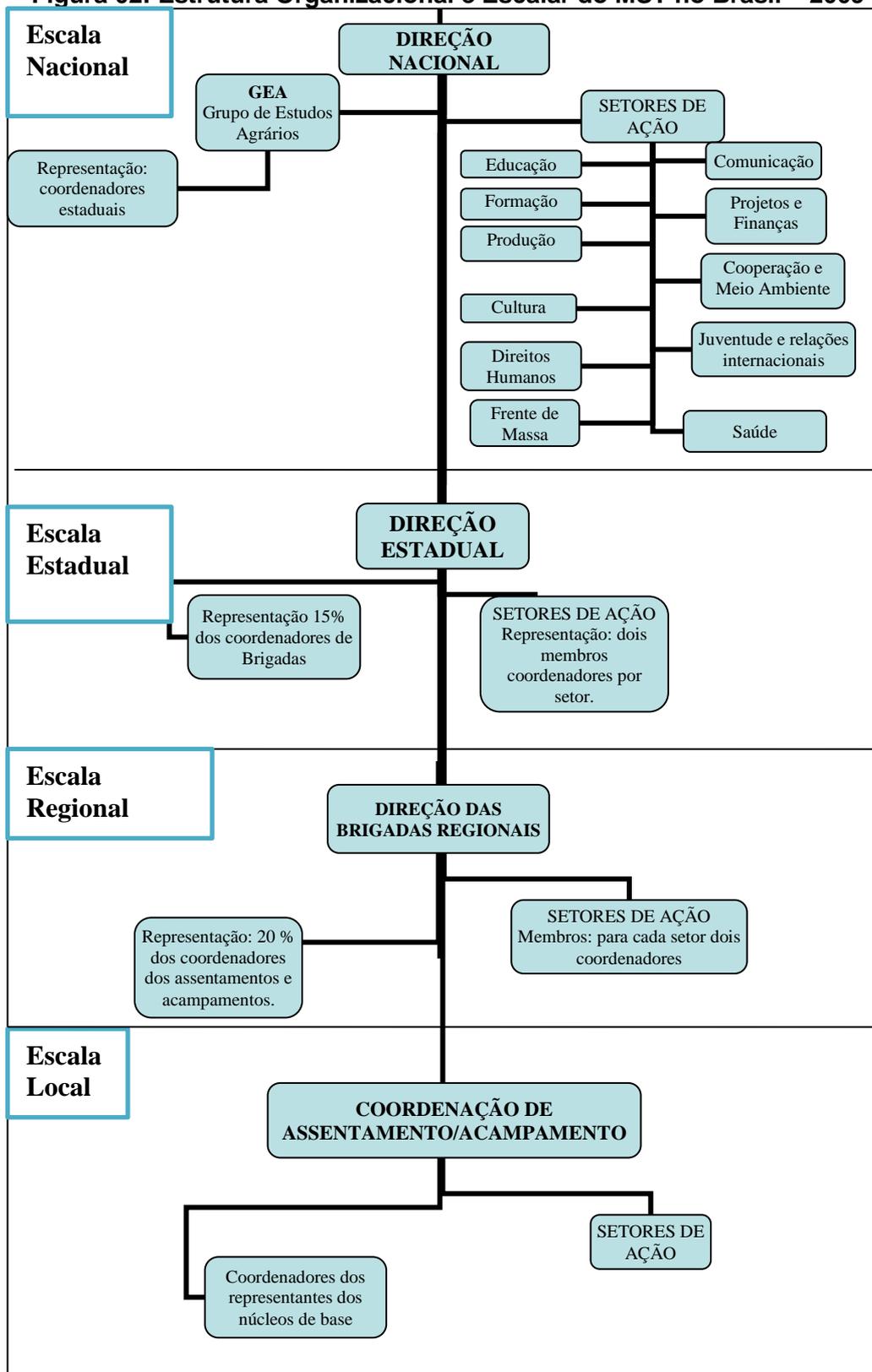
A construção escalar de poder “desde baixo”: a insubordinação da classe trabalhadora frente aos projetos do Estado e a construção de contrapoder

Smith (2000) aborda a escala enfatizando a experiência da luta e resistência dos movimentos sociais frente às múltiplas dominações da sociedade capitalista, construindo assim um andaime de escalas, onde os movimentos sociais ganham ou perdem a possibilidade de saltar de uma escala à outra, na tentativa de “fugir do” ou “interpelar o” poder estabelecido.

Nessa configuração e reconfiguração de estruturas escalares próprias eles se apropriam e se re-apropriam de ações, programas e políticas as quais foram implementadas como demandas da pressão popular pelo Estado (que no sistema capitalista estão subordinadas ao capital, mas que intermediam a luta de classes), como forma de resistência da classe trabalhadora rural no campo. A reprodução das lutas no campo no Brasil está marcada por essa estrutura de apropriação das ações do Estado e a luta especificamente pela educação é exemplo disso.

Para contribuir com a nossa análise de estruturas escalares construídas “desde baixo” trouxemos um organograma (ver figura 02) que expõe a estrutura organizativa do MST e a construção escalar montada por esses sujeitos “desde baixo”. (sendo este apenas um dos casos possíveis) Esses movimentos articulam suas ações desde a escala da comunidade com as bandeiras de lutas a nível internacional. O caso da organização desse Movimento é emblemática ao criar suas próprias instituições na estrutura escalar que aqui estamos chamando de contrapoder. Para começar com essa análise vejamos o organograma abaixo.

Figura 02: Estrutura Organizacional e Escalar do MST no Brasil – 2009



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST (2007), João Pessoa – PB. Organização própria (2015)

Esta estrutura organizacional do MST, que é também escalar, foi criada a partir de 2003, segundo Giribet & Bernat (2012), para uma melhor organização interna do movimento.

Entretanto, segundo Miranda e Cunha (2013), ficou a critério dos estados em que o MST está presente adotarem ou não a nova estrutura.

De uma forma ou de outra, o que se observa é que essa nova estrutura organizacional adotada pelo movimento em nível nacional expressa uma reconfiguração escalar “desde baixo”, em um processo de subjetivação política desses sujeitos que estão atrelados às relações de dominação, mas que aponta fortes relações de insubordinação/contrapoder/autonomia.

É por meio da escala que se faz possível ordenar o controle espacial dos seus territórios “desde baixo”, construindo ações de autonomia. Dito em outras palavras, segundo Miranda e Cunha (2013), coexistem duas lógicas inerentes à ação e organização do MST:

Uma lógica política, pela qual o Movimento se apresenta e se representa e que orienta as estratégias de ação através das quais busca ganhar visibilidade; e uma lógica prática, adotada nas negociações com o poder público e a sociedade civil, nos esforços para desapropriação de áreas ocupadas ou viabilização de projetos de assentamento, e na gestão cotidiana de cooperativas, programas e projetos, que garante a legitimidade do movimento junto à base de famílias acampadas e assentadas. A lógica política é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a lógica prática é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o ideal do grupo, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados (p. 364).

É a partir dessas duas lógicas, que são eminentemente de relações de poder, que se constrói a estrutura organizacional escalar do Movimento demonstrada pelo organograma acima. A primeira instância apresentada no esquema acima é a **Direção Nacional**, que está formada por 10 representantes do Grupo de Estudos de Políticas Agrárias – GEA, grupo este que é formado por investigadores e estudiosos da área. Essa instância está composta ainda por dois membros do MST (sempre um homem e uma mulher²) de cada **Direção Estadual** e por um ou dois representantes de cada Setor de Ação na escala nacional, que são onze no total (os quais podem ser de saúde, de educação, de segurança, de produção) (OLIVEIRA, 2010).

No caso da **Direção Estadual** do MST na Paraíba, a mesma está composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das Brigadas Regionais e por um ou dois representantes de cada um dos Setores de Ação nos quais se divide e organiza o Movimento. Segundo Miranda e Cunha (2013), cada estado organiza suas *brigadas* de acordo com sua realidade geográfica e de construção do MST através da participação da militância. Segundo estes mesmos autores, “a denominação *brigada* remeteria a partes de

² Em todas as instâncias organizacionais do MST prioriza-se a participação de dois dirigentes, sendo sempre um homem e uma mulher, colocando como prioridade a paridade de gênero na sua estrutura organizacional.

uma organização que desenvolvem tarefas diferentes, mas possuem um mesmo objetivo” (p. 365).

Na escala das comunidades, os assentamentos e acampamentos possuem suas **Coordenações**, as quais são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de Ação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizativas nas quais se estrutura o MST (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, a educação construída a partir dos sujeitos deste Movimento - o qual se destaca por ser pioneiro das experiências educativas na proposta da Educação do Campo - permeia todas essas escalas e se constrói a partir delas, estabelecendo relações de contrapoder próprias deste movimento e dos seus sujeitos em processo de subjetivação, tais como: luta pela terra, um projeto social político de transformação social e justiça social. Todas estas relações de contrapoder imprimem, por meio da Educação do Campo, uma proposta educativa diferenciada e desde os sujeitos “de baixo”.

Esta estrutura organizativa permite que o Movimento se aproprie de ações do próprio Estado, como é o caso da apropriação dos programas na área da educação. O setor de educação tem como função planejar e executar ações educativas com o objetivo de ampliar o número de escolas nas áreas de assentamentos rurais do MST, construindo propostas educativas que venham contribuir com a Reforma Agrária no país e tendo sempre como filosofia trabalhar a Educação do Campo a partir do sujeito.

O Movimento é do jeito que coletivamente as pessoas vêm produzindo a identidade Sem Terra, e fazendo a luta pela Reforma Agrária que enraíza e fortalece esta identidade. Em momentos de conflito social mais acirrado, como o que vivemos hoje, isto fica ainda mais visível: é das pessoas, de cada uma delas, que depende a resistência, a firmeza nos propósitos, a conduta que fica como imagem perante a sociedade; a continuidade diante dos embates mais fortes, a identidade. O MST conseguiu chegar aos 17 anos porque aprendeu a valorizar cada pessoa que integra sua organização, e definiu a formação humana como uma de suas grandes prioridades. (CALDART, 2003, p. 53)

Com essa ideologia, o Setor de Educação está presente em todos os estados onde o MST está organizado e é responsável por estabelecer a participação nos projetos e programas de políticas públicas em cada estado, avaliando quais são os projetos que coincidem com a realidade da Educação do Campo e, mais ainda, aqueles que possuem abertura para apropriar-se destes projetos como seus.

Neste sentido, o Pronera, que foi apropriado pelos movimentos sociais do campo, pode ser entendido como um exemplo, que através de sua estrutura organizativa escalar, proporcionou a estes grupos “saltar escalas” (SMITH, 2000) geográficas preestabelecidas, recebendo militantes de todos os estados e até de outros países da América Latina. Além da

criação de cursos em diversas universidades e escola técnicas federais em áreas de assentamentos rurais, um dos lugares de funcionamento desses cursos é também a Escola Nacional Florestan Fernandes, um centro de formação fundado pelo MST no estado de São Paulo, onde os professores e coordenadores vêm das mais importantes instituições de ensino do país e da América Latina para a construção destes cursos.

Dessa forma, é sua organização escalar que faz com que o acompanhamento e o funcionamento dos cursos do Pronera sejam uma realidade hoje, pois em cada escala eles conseguem articular representantes dos setores de educação que organizam, lutam e implantam projetos educativos com amplos objetivos como: a formação de militantes, a redução do analfabetismo nessas áreas, a grande quantidade de cursos técnicos de produção agroecológica, a criação de cursos superiores em diversas áreas do conhecimento dentro das universidades públicas brasileiras.

Observamos ainda o surgimento de ações organizativas “desde baixo” no interior da própria luta da Educação do Campo, o que também vêm se mostrando como grandes ações intervencionistas na construção dessa proposta educativa e dos projetos em torno dela. Podemos citar aqui pelo menos duas grandes organizações: a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo e o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC.

A Articulação Nacional, com sede em Brasília, já realizou um grande número de reuniões e aglutina pesquisadores, movimentos sociais e organizações sociais. Algumas iniciativas foram tomando corpo, como, por exemplo, a construção da coleção de livros para favorecer a divulgação e o embasamento da reflexão sobre a Educação Básica do Campo e garantir a participação de representantes no acompanhamento no Congresso, ou Plano Nacional de Educação (PNE), o qual é construído a cada dez anos e teve renovação para 2014-2024, assegurando-se que os direitos da Educação do Campo sejam contemplados. Organizada também escalarmente essa Articulação organiza e estimula a realização de Seminários Estaduais, Regionais e Nacionais sobre Educação Básica do Campo.

O FONEC, criado em 16 de agosto de 2010 e lançado oficialmente no dia 4 de novembro desse mesmo ano no Congresso Nacional, em Brasília, durante o IV Seminário de Educação na Reforma Agrária promovido pelo Pronera, propõe o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições. Na carta de criação do FONEC (2010) destaca-se, como um de seus principais objetivos:

o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo”.
(FONEC, 2010)

Organizações como o FONEC vêm articulando ações “desde baixo” que visam se apropriar das políticas públicas por meio da vigilância desses sujeitos no cumprimento e validação dos programas e projetos do Estado ditos como “políticas públicas em Educação do Campo” e, desde 2011 vem construindo documentos que demonstram sua não concordância com o modelo do ProJovem Campo.

Atualmente autoras como Maria Antônia de Souza (2009) e Antônio Munarim (2008) falam de um Movimento Nacional da Educação do Campo, cujos sujeitos coletivos são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CONTAG.

Desta forma, o Movimento Nacional da Educação do Campo se trata de uma articulação de movimentos que constroem uma estrutura não só escalar, mas de movimentos que se une “desde baixo” como contrapoder, demandando do Estado, se apropriando e ocupando esses espaços com suas próprias propostas educativas, negando propostas vindas “de cima pra baixo” – como é o caso do ProJovem Campo - e construindo outras formas de subjetivação, fincadas na incorporação de experiências de autonomia - ainda que sejam relativas - conformando, assim, os espaços em disputa da questão agrária hoje.

Considerações Finais

Por meio da análise escalar da implantação do ProJovem Campo na Paraíba desconstruímos o discurso de que o mesmo poderia servir a uma demanda “desde baixo. Percebe-se que a estrutura escalar construída “desde cima” por meio do ProJovem Campo lança amarras a esse Programa, tornando-o impossível de ser apropriado dentro do paradigma da Educação do Campo. A ampliação da função das escalas, o re-escalamento e as instituições envolvidas no processo de implantação desse Programa demonstram que o mesmo foi claramente construído e reconstruído no sentido de travar processos de autonomização “desde baixo”.

Entretanto, também demonstramos que sob a lógica do capital o processo de subjetivação política interno às relações em experiência de dominação e às dinâmicas de conscientização que lhes correspondem, expressam, segundo Modonesi (2010), “oscilações e combinações entre a aceitação relativa da dominação – como resultado da hegemonia – e

sua negação igualmente relativa por meio da resistência, assim como entre a experiência combinada de espontaneidade e consciência” (p. 38 - Tradução nossa).

Sendo assim, estas ações hegemônicas, construídas a partir de estruturas escalares, também sofrem relações de insubordinação e resistência “desde baixo”, visto que os sujeitos desconstruem as imposições do capital, tecendo a contra-hegemonia no interior da própria hegemonia.

Desta forma, com a clareza de que é “desde baixo” que os sujeitos recriam suas próprias escalas, com processos de subjetivação política e de insubordinação ao capital, que continuaremos, desde a academia e junto com os sujeitos sociais em luta, contribuindo com a luta pela Educação do Campo.

Referências

BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflection on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, 2001, vol. 25, n.4, p. 591-614.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras** 3.1, 2003, p. 60-81.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. **Seminário Nacional** – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.

_____. Oficina de Planejamento 2013 -2014. **Relatório Síntese das conclusões e proposições**. Brasília, 2013.

_____. **Carta de criação do Fórum** [...] na sede da Contag, durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010. Brasília, 2010. <Disponível em: http://www.freccupa.net.br/p/documentos_29.html>.

GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Revista Pegada**, vol. 6, n. 1, 2005.

GIRIBET & BERNAT, I. **Um novo jeito de organizar**. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná). 2012. 293f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MASSEY, Doreen. New directions in space. In GREGORY, D. y URRY, J. **Social Relations and Spatial Structures**. London: MacMillan, 1985, p. 9-19.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geographie**, London, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MEC. **Projeto Base - ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Programa Nacional de

educação de jovens agricultores(as) familiares integrada à qualificação social e profissional, Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2009.

_____. Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores. Agricultura Familiar Identidade, Cultura, Gênero e Etnia. **Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo-Saberes da Terra**. Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía**: marxismos y subjetivación política. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **Desenvolvimento em (Des) Construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. Ancoragem institucional do Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social. **Revista Raízes**, Vol. 26, Nos 1 e 2, jan.–dez./2007.

MONCAYO, Victor Manuel C. ¿Cómo aproximarnos al Estado en América Latina? In: CLACSO. Mabel Thwaites Rey (editora). **El estado en américa latina: continuidades y rupturas**. Editorial ARCIS – CLACSO, 2012.

MIRANDA, Roberto de Sousa e CUNHA, Luis Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Cad. CRH [online]**. 2013, vol.26, n.68, pp. 363-376. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200010>.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As políticas públicas em educação do campo, entre a subordinação e a autonomia: o ProJovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária. **Tese de Doutorado** – Curitiba, 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. In: **Geografía, movimientos sociales e teoría**. São Paulo: Revista Terra Livre, ano 18, numero 19, 2002, p. 127-146.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escalas geográficas. In: Arantes, Antonio A. (org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

Sobre o autor

Mara Edilara Batista de Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2010); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2015); Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, Rio de Janeiro; **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-7917-477X>

Como citar este artigo

AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER COMO FORMAS DE SUBORDINAÇÃO
E INSUBORDINAÇÃO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2018.

Devolvido para a revisão em 14 de abril de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de maio de 2018.
